

VOZES do Paraopeba



Minas Gerais - julho de 2023 | Ano 2 | Edição 20 | www.aedasmg.org | distribuição gratuita |  Aedas

AGM'S DEBATEM SAÚDE E MEIO AMBIENTE

Agentes Multiplicadores das Regiões 1 e 2 da Bacia do Paraopeba retomam as reuniões dos coletivos de Saúde e Meio Ambiente e discutem os estudos conduzidos nos territórios.



VOZES DA GENTE

Pessoas Atingidas exigem medidas de reparação aos danos à Saúde e Meio Ambiente

pág. 03

JULHO DAS PRETAS

A mulher negra e sua presença no processo histórico da mineração

pág. 04

ANEXO I.1

Pessoas atingidas aguardam a homologação da entidade gestora

pág. 05

FESTEJOS

Jornal Vozes do Paraopeba apresenta calendário de festejos em Brumadinho

pág. 10

DEFINIÇÃO DE TETO GLOBAL MANTÉM CORTE DE VERBAS E DIREITOS

Após meses de incerteza, as Assessorias Técnicas Independentes receberam das Instituições de Justiça (IJs) o valor do teto global para execução das atividades para os três anos (a partir de jan/2023) previstos para o Plano de Trabalho do Acordo. O valor definido para as três entidades é de 150 milhões de reais para os próximos 30 meses. Esse valor representa 26% do montante de 700 milhões de reais previsto no acordo destinado às estruturas de apoio, que não representam somente as ATIs, mas também auditorias e outras possíveis estruturas.



O valor definido para as três entidades é de 150 milhões de reais

A partir dessa definição, as ATIs seguem em discussão com as IJs sobre a escrita

e assinatura de um Termo de Compromisso que assegure o direito das pessoas atingidas de terem as atividades realizadas por essas entidades em seus territórios. Após a assinatura deste termo, as ATIs começarão a reescrita dos Planos de Trabalho do Acordo com o novo orçamento.

Além do corte, outras situações corroboravam para a insegurança financeira das ATIs, como o repasse de verbas sem datas pré-definidas e a falta de definição de um orçamento global para os 3 anos previstos para o plano de trabalho do acordo.

Apesar da segurança que essas decisões trazem, é preciso entender que o valor apresentado como teto global corresponde ao valor destinado às atividades no primeiro semestre - 30 milhões para as três ATIs, o que representa um corte de quase 50% nos orçamentos anteriores das entidades. Tais decisões impactam diretamente no próprio direito das pessoas atingidas à Assessoria Técnica Independente, mas não só isso, como também no direito à participação informada.



Divina Braga

ATIs e Instituições de Justiça dialogam sobre os próximos passos após a definição do teto global de gastos.

Expediente

A Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (Aedas) foi criada em 2000 e pratica a defesa do ser humano e do meio ambiente. Em sua atuação de Assessoria Técnica Independente às pessoas atingidas na Região 1 (Brumadinho) e Região 2 (Betim, Igarapé, Juatuba, Mário Campos e São Joaquim de Bicas) da Bacia do Paraopeba, a Aedas realiza dois trabalhos principais: execução de estudos e processos participativos nos quais as pessoas atingidas têm acesso à informação sobre o processo de reparação e podem discutir seus danos. Informar, levantar e discutir as propostas das pessoas atingidas sobre a melhor maneira de reparar os prejuízos sofridos, também construindo sínteses e documentos.

Aedas - Coordenação Estadual: Cauê Melo, Heiza Maria Dias, Luis Henrique Shikasho

Aedas Paraopeba - Coordenação Geral de Projeto: Flávia Gondim

Assessoria da Coordenação Institucional: Nina de Castro Jorge, Gabriela Cotta Rena

Coordenação Territorial: Vanderlei Martini

Coordenação de Comunicação: Elaine Bezerra, Diva Braga

Equipe de Comunicação: Aleff Rodrigues, Felipe Cunha, Lucas Jerônimo, Valmir Macêdo, Wagner Túlio Paulino.

Este material foi elaborado com contribuições de todos integrantes da equipe técnica multidisciplinar nas Regiões 1 e 2 de atuação da Aedas | Tiragem: 8 mil exemplares

www.aedasmg.org

CNPJ: 03.597.850/0001-07

Contatos Aedas Paraopeba

Brumadinho - Região 1 (31) 9 9840-1487

atingidosparaopeba1@aedasmg.org

Betim, Igarapé, Juatuba, Mário Campos, (31) 97140-4559

São Joaquim de Bicas - Região 2 atingidosparaopeba2@aedasmg.org



Este Jornal é produzido com recursos provenientes do acordo de reparação. Honramos a memória das 272 joias ceifadas no rompimento da barragem da Vale S. A. em Brumadinho, ocorrido em Janeiro de 2019.

ERRATA

Na edição 19 do Vozes do Paraopeba, na coluna Histórias Atingidas (pg 4), invertemos os nomes nas fotos das pescadoras da Região 2, **Marli Penha** e **Maura Aparecida**. Assim que o erro foi identificado, alteramos na edição virtual. Pedimos desculpas pelo ocorrido.

17 DE JULHO
DIA DE PROTEÇÃO
ÀS FLORESTAS



VOZES DA GENTE

As vozes dos territórios são plurais e juntas ecoam a luta pela reparação integral. O Vozes da Gente desta edição reforça a cobrança por medidas de reparação no campo da saúde e meio ambiente, uma das principais reivindicações nas comunidades da Bacia do Paraopeba.

POR RETORNO E REPARAÇÃO

“ O campo da saúde mental, a gente julga como uma tragédia completa. Está todo mundo doente. Sobre o Acordo de Reparação no campo da Saúde e Meio Ambiente, a gente só tá vendo que tá entrando dinheiro e não tem voltado para nada. Não tá tendo retorno.



MARIA APARECIDA

Conhecida como Paré, Tejuco, Brumadinho

ATENDIMENTO ESPECÍFICO À SAÚDE DAS PESSOAS ATINGIDAS

“ Mais de 4 anos depois do rompimento, até agora não temos atenção devida à saúde dos atingidos. Está constatado a contaminação de metais pesados, a superbactéria identificada pelo estudo da UFRJ e não temos respostas efetivas em relação ao estado, de fato, da saúde das pessoas atingidas.



WALTER MATIAS

Satélite, Juatuba

PROTOCOLO DE SAÚDE PARA AS PESSOAS ATINGIDAS

“ Precisamos de um protocolo de saúde específico para nós, atingidos! Estamos sendo atingidos frequentemente desde o rompimento. O curso do rio agrava, há desequilíbrio da fauna e flora, isso tudo agrava nossa saúde física e mental. O que a gente pode tá passando por algo parecido com dengue, não é dengue, por exemplo, não sabemos.



WILIVIS LEMOS

Colônia Santa Isabel, Citrolândia, Betim

SAÚDE E A IDENTIFICAÇÃO DOS DANOS DO ROMPIMENTO

“ A pauta principal da saúde é criar um lastro entre o rompimento e os danos à saúde. Quando você chegar no SUS, que se identifique os sintomas como provenientes do rompimento e não ser detectado como virose, possível intoxicação alimentar (...). Por exemplo, tem aparecido várias dermatites em ruas com cinco ou dez pessoas com o mesmo problema, sendo até tratados como sarna e mandando o pessoal tomar ivermectina.



VALÉRIA CARNEIRO

Assentamento Pastorinhas, Brumadinho

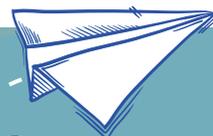


Participe do Vozes da Gente! Acesse o formulário em nosso site e nos envie sua mensagem.

aedasmg.org/vozesdagente



aedasmg.org | [@aedasmg](https://www.instagram.com/aedasmg)



JULHO DAS PRETAS: DIA INTERNACIONAL DA MULHER NEGRA LATINO-AMERICANA E CARIBENHA

"Não deixe que nada nem ninguém viole os direitos fundamentais para que você viva uma vida com dignidade" – Beatriz Nascimento

PROTAGONISMO. Somada à importância do trabalho na mineração, as mulheres negras atuaram para a preservação de tradições religiosas e culturais que sobrevivem até hoje

Equipe Relações Étnico Raciais (RER)

25 de julho é comemorado o Dia Internacional da Mulher Negra, Latino-americana e Caribenha. A data foi estabelecida pela Rede de Mulheres Afro-latino-americanas e afro-caribenhas, uma organização que atua no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU). No Brasil, desde

Felipe Cunha



2014 é comemorado, também, o Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra.

As mulheres negras vivem, há séculos, experiências diferentes das demais mulheres. Elas carregam a história das que vieram de maneira forçada em navios negreiros (tumbeiros) e foram escravizadas, sendo tratadas como mercadorias, e não como pessoas, com sentimentos e desejos. Mesmo que tenham realizado grandes feitos, e sobrevivido a tanta violência, ainda hoje sofrem as consequências da escravidão sem reparação histórica, que determina suas condições de vida e como elas são tratadas socialmente.

É sabido que não existiria Brasil sem as mulheres de origem africana e seus descendentes. Com a história da mineração não é diferente. Dentre as atividades desempenhadas por mulheres negras na mineração, destacamos as selecionadoras de pedras, o papel social das chamadas "Negras Mina" no período colonial e a importância das mulheres negras para a formação das irmandades do Rosário.

A seleção de pedras preciosas e separação dos outros materiais era uma atividade desenvolvida em sua maioria por mulheres. Esse tipo de trabalho, informal e não reconhecido, fazia com que se pensasse



Felipe Cunha

Festa da Consciência Negra no Quilombo Rodrigues.

que elas não atuavam diretamente na mineração, mas apenas em atividades auxiliares. Dados mais recentes mostram que 17,8% das mulheres que trabalham na mineração não são remuneradas.

“

não existiria Brasil sem as mulheres de origem africana e seus descendentes

Parte dos africanos trazidos para o Brasil vieram da Costa da Mina (região do continente africano). Eles eram escolhidos para trabalhar com mineração porque traziam conhecimento sobre o assunto. Alguns acreditavam que ter uma Negra Mina em sua companhia era sinal de boa sorte e prosperidade. Essas mulheres se organizaram nas Irmandades católicas e, aqui, damos destaque a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário.

Muitas delas conseguiram libertar a si mesmas e outras pessoas comprando sua alforria. Além disso, atuaram para a preservação de tradições religiosas e culturais importantes e que sobrevivem até hoje. Existem relatos de que elas foram criminalizadas pelo Estado brasileiro porque lutavam pelo bem viver do povo negro.

INSTITUIÇÕES DE JUSTIÇA DEFINEM CONDIÇÕES DE CONTINUIDADE DA ATI PARA AÇÕES PREVISTAS NO ACORDO JUDICIAL

As Instituições de Justiça (IJs) deliberaram sobre o limite de recursos financeiros, o tempo e o escopo mínimo de atuação das assessorias, além da distribuição dos recursos para as regiões da Bacia do Paraopeba, destinados para exercício do direito das pessoas atingidas à Assessoria Técnica Independente (ATIs) sobre as ações previstas no Acordo Judicial.

O valor máximo anunciado pelas IJs foi de R\$ 150 milhões para o

prazo de 30 meses. Esta condição mantém o corte de 50% e, consequentemente, restringe o direito das pessoas atingidas e a capacidade de atuação das Assessorias Técnicas Independentes.

As Instituições realizaram alguns momentos de diálogos com as entidades que prestam assessoria sobre a elaboração de um novo Termo de Compromisso. A assinatura deste Termo foi apresentada pelas IJs como condição para a continuidade

das atividades prestadas pelas assessorias nas regiões da Bacia. Com a assinatura deste termo,

as ATIs terão um prazo de 60 dias para readequação dos atuais Planos de Trabalho.

Acompanhe o histórico de diálogos sobre o tema:

1 IJs pedem que a CAMF Lataci **analise os critérios técnicos sobre a distribuição de recursos entre as ATIs e indique eventuais possibilidades de novos critérios para redistribuição dos recursos** no prazo de 3 meses.

2 IJs solicitam a CAMF Lataci que **elabore um Estudo de Pertinência das atividades e seus respectivos custos** previstos nos Planos de Trabalho do Acordo até o dia 15 de maio.

3 **Aprovação dos Planos de Trabalho do Acordo da Aedas.**

4 IJs comunicam, em resposta a ofício das ATIs sobre o Plano de Trabalho do Processo, **a redução do orçamento semestral em 50% dos Planos de Trabalho do Acordo** aprovados anteriormente.

5 IJs protocolam os **Planos de Trabalho do Processo das ATIs e os documentos solicitados à CAMF Lataci** em dezembro. De acordo com o estudo da CAMF Lataci, as regiões deveriam receber como saldo remanescente os seguintes valores:

Região 1: R\$ 6.610.134,21;
Região 2: R\$ 7.547.162,73;
Região 3: R\$ 2.279.974,43;
Região 4: R\$ 2.624.953,67;
Região 5: R\$ 6.552.212,89.

6 CAMF Lataci **entrega o estudo de pertinência** às Instituições de Justiça.

7 IJs convocam ATIs para **informar o teto de gastos para o PT Acordo**. Dá-se início a discussão sobre o Termo de Compromisso. **Na primeira reunião, as IJs informam três decisões que foram tomadas conjuntamente pelas instituições:** 1) **150 milhões para 30 meses**, iniciando em jan/2023; 2) **Não existe concordância com a atual distribuição de recurso entre as Regiões**, indicada no estudo da antiga CAMF. Sendo necessário um novo estudo, a ser apresentado pela CAMF/Lataci; 3) **Só tem uma nova liberação de valores após a assinatura do Termo de Compromisso.**

8 Reunião de comissões para atualizações sobre as discussões relativas ao Plano de Trabalho do Acordo: **Repasse sobre o Teto Global definido pelas IJs** para os Planos de Trabalho do Acordo das ATIs.

9 Reunião de comissões para atualizações sobre as discussões relativas ao Plano de Trabalho do Acordo. **Repasse sobre a entrega do Estudo de Pertinência da CAMF.**

12 Última reunião entre as ATIs, CAMF e IJs. Após todo o ciclo de discussões, as **ATIs aguardam conclusão do Termo de Compromisso**, com deliberação pelas Instituições referente a divisão de recursos para as regiões. Após, as assessorias retomarão a elaboração dos novos Planos de Trabalhos com participação dos atingidos. IJs apresentam nova distribuição de recurso entre as ATIs que não foi consensuada.

Região 1: 24,11% **Região 3: 22,35%** **Região 5: 16,06%**
Região 2: 27,21% **Região 4: 10,28%**

10 A pedido das Comissões, o **Estudo de Pertinência elaborado pela CAMF é encaminhado pela Aedas para as pessoas atingidas. Um ofício é enviado para a CAMF Lataci** solicitando apresentação do estudo.

11 Reunião entre as ATIs, CAMF e IJs. **IJs apresentam a proposta de nova distribuição de recurso entre ATIs**, optando por um dos dois cenários apresentados pela CAMF Lataci.

13 IJs informam **decisão, sem apresentação de critérios, sobre nova distribuição de recursos**, sendo: **Região 1: 21%; Região 2: 25%; Região 3: 23%; Região 4: 10,5%; Região 5: 20,5%.** O termo segue em discussão.

ENCONTROS DOS COLETIVOS SAÚDE E MEIO AMBIENTE REÚNEM AGENTES MULTIPLICADORES EM BRUMADINHO E BETIM

PARTICIPAÇÃO.

Agentes Multiplicadores debatem pautas relacionadas à saúde e meio ambiente, como o estudo conduzido pelo Grupo EPA, estudo das superbactérias, entre outros



Tércio Andrade



Felipe Cunha

Atingidos das comunidades de Brumadinho e dos municípios da Região 2 nos encontros dos Coletivos Saúde e Meio Ambiente, respectivamente).

Felipe Cunha

A saúde humana está diretamente relacionada à saúde do meio ambiente, do rio, do solo, do ar.

Convivendo em um ambiente de insegurança, devido a contaminação do rejeito de minério, as pessoas atingidas querem ter acesso às informações, aos estudos e encaminhamentos para os temas de saúde e meio ambiente no processo de reparação.

Na manhã do dia 1 de julho, Agentes Multiplicadores das Regiões 1 e 2 da Bacia do Paraopeba se reuniram em Brumadinho e Betim

para a retomada dos encontros dos Coletivos Saúde e Meio Ambiente.

Por meio dos Coletivos, informações sobre os danos à saúde e meio ambiente são compartilhadas pela assessoria técnica. A Aedas constrói, junto aos atingidos e atingidas, as cobranças por reparação, oficializando às autoridades as demandas levantadas pelas comunidades.

No encontro, pessoas atingidas, equipe técnica e coordenações das equipes Socioambiental (SAM), Saúde (SAU) e Economia Trabalho e Renda (ETR) da Aedas, debateram sobre

os Estudos de Avaliação de Risco à Saúde Humana e Risco Ecológico - ERSHRE, executado pelo grupo EPA, empresa contratada com recurso da Vale e que está confirmada na continuidade no Acordo Judicial firmado entre os Compromitentes e a mineradora.

“Alguns questionamentos foram apontados pelos AGMs



As atingidas Tatiana Oliveira e Adeiva da Conceição, de São Joaquim de Bicas, participam do debate sobre Saúde e Meio Ambiente na Região 2.

Alguns questionamentos foram apontados pelos Agentes Multiplicadores no espaço, entre eles: a falta de informação da execução do estudo do grupo EPA para as comissões de atingidos; a falta de participação de pessoas indicadas para realização do estudo; falta de informação sobre as atividades realizadas nas comunidades e falta de retorno para as próximas fases.

Atualmente, os estudos executados pelo grupo EPA nas Regiões 1 e 2 estão na Primeira Fase (ao todo o estudo tem 5 Fases). Essa Fase 1 faz o levantamento de informações sobre

saúde e meio ambiente e as preocupações da comunidade com a saúde para, posteriormente, devolver às comunidades as informações coletadas.

A atingida Tatiana Oliveira, do Vale do Sol I, em São Joaquim de Bicas, relata que “O grupo EPA não informa o que estão fazendo para as comissões. Fazendo questionários avulsos e aleatórios. Sobre as coletas, às vezes procuram as comissões, se não há resposta, eles fazem do jeito deles, sem informação nenhuma para nós. Nossa preocupação é de que o grupo EPA está do lado Vale”.

“Nossa preocupação é de que o grupo EPA está do lado Vale

Camila Magalhães, Coordenadora SAM (R1), diz que o papel da ATI é “dentro de nossos limites de escopo, auxiliar ao Coletivo Saúde e Meio Ambiente a desenvolver estratégias que contribuam com a vigilância popular em saúde, seja no acompanhamento atento das atividades do Grupo EPA ou em temas relacionados à saúde e meio ambiente de interesse da população. Essa vigilância deve amparar às pessoas atingidas na busca pela garantia de uma Reparação Integral justa.”

ESTUDO DAS SUPERBACTÉRIAS

Também foi debatido no encontro o medo da contaminação por metais pesados pelo contato com a água, lama e consumo de pescado do Rio Paraopeba. A esse receio, soma-se o estudo produzido por um grupo de pesquisa da Universidade Federal do Rio de Janeiro que identificou a

existência de “superbactérias”, resistentes à antibióticos, nas águas do Paraopeba.

Após debate em reunião realizada no dia 19 de janeiro, a Aedas, atendendo a solicitação do Coletivo Saúde e Meio Ambiente, enviou um ofício sobre o estudo das superbactérias e a preocupação das pessoas atingidas. Esse ofício foi encaminhado para diversos setores

públicos em nível municipal, estadual e federal, além do Ministério Público e da Defensoria Pública do Estado, apresentando as preocupações e reivindicações da população atingida.

A Aedas segue dialogando sobre as possibilidades para o encaminhamento da demanda da população sobre o estudo das bactérias resistentes à antibióticos.

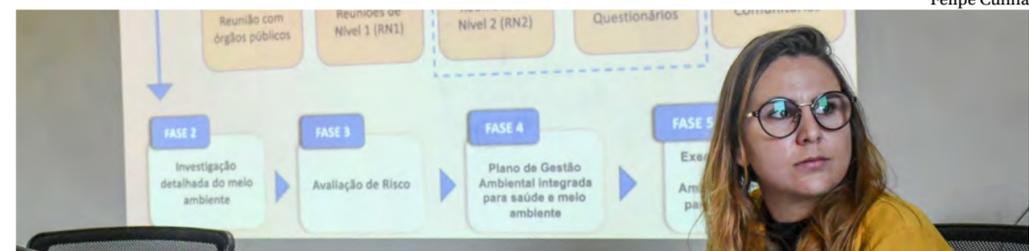


Durante o encontro, ocorreu o espaço da Ciranda. Conduzida pela equipe de Pedagogia da Aedas, a Ciranda possibilita trabalhar o lúdico e envolver as crianças no processo de sistematização dos danos causados pelo rompimento da barragem, permitindo, também, uma melhor participação das mães, pais e responsáveis nos espaços de discussão construídos pelos atingidos e atingidas nos territórios.

Durante a atividade, foi possível observar que, a cada

Ciranda, as crianças e adolescentes vêm tomando mais consciência crítica dos processos que atravessam suas vidas, ocupando um lugar de agentes protagonistas que lhes é de direito, como crianças e adolescentes atingidos que

são, recebendo dessa forma, no espaço apropriado e com o corpo de profissionais necessário, a devida atenção nas etapas de questionamento, entendimento, troca e sistematização dos danos que os atravessam.



Felipe Cunha

Mariana Vieira, da equipe de Saúde, falou sobre os Estudos de Risco à Saúde Humana e Risco Ecológico (ERSHRE)

SAÚDE DO POVO E DO MEIO AMBIENTE: ATÉ ONDE VAI A PARTICIPAÇÃO DAS PESSOAS ATINGIDAS NOS ESTUDOS E PLANOS DE REPARAÇÃO

ENTREVISTA.

Lineu Ribeiro, da equipe Socioambiental, defende espaços consolidados para que os próprios atingidos levem suas reivindicações

Valmir Macêdo

As águas do Rio Paraopeba, os solos, sedimentos, os animais e as plantas continuam sendo meios de difusão dos impactos socioambientais do rompimento. Essa realidade de insegurança quanto à contaminação traz para o centro da conversa os temas ligados à saúde das pessoas atingidas, sua relação com o meio ambiente e à reparação socioambiental.

Lineu Ribeiro, coordenador na Aedas da equipe de Socioambiental, explicou, em entrevista, como se dá a participação da população atingida nas ações de reparação ligadas à saúde e ao meio ambiente com os Estudos de Avaliação de Risco à Saúde Humana e Risco Ecológico (ERSHRE). E, também, para a



Os atingidos e atingidas da Bacia não têm espaço de participação nessas reuniões



Lineu Ribeiro, coordenador da equipe Socioambiental da Aedas.

área socioambiental, com o Plano de Reparação Socioambiental da Bacia do Paraopeba.

Aedas: Lineu, no Plano de Reparação Socioambiental e no Estudo de Avaliação de Risco a Saúde como se dá o debate e a participação dos atingidos?

Lineu Ribeiro: Hoje, no processo de reparação integral, essas empresas, a Arcadis e o Grupo EPA que fazem, respectivamente, o Plano de Reparação Socioambiental e os Estudos de Avaliação de Risco à Saúde Humana e Risco Ecológico, dentro do processo, elas são auditadas por uma empresa chamada AECOM. Essa auditoria se reúne mensalmente em um processo

que nós, enquanto assessoria técnica, temos participação. Assessorias técnicas no geral, não só Aedas, mas, o Guaicuy e o Nacab, nas outras regiões da Bacia, nós temos cadeira, ou seja, nós participamos, acompanhamos a reunião, mas não temos poder de fala. Os atingidos e atingidas da Bacia não têm espaço de participação nessas reuniões.

Importante frisar também que para além dessas reuniões de atualização, que acontecem mensalmente, existem reuniões técnicas das quais a gente, enquanto assessorias na Bacia, também não temos acesso nem a participação. Então, efetivamente, as discussões técnicas com Instituições de Justiça, com as próprias empresas, terceirizadas e a Vale, órgãos ambientais e de saúde, e órgãos do estado no geral, são realizadas, várias delas, entre uma reunião mensal da auditoria e outra. Só

que nós [ATI e atingidos] não temos acesso a essas reuniões técnicas para levar as discussões que os atingidos têm feito e nem para trazer mais informações, mais concretas e mais aprofundadas, para além do que a gente tem nas reuniões da auditoria que acontecem mensalmente.



A reparação integral ela tem que garantir a centralidade da participação dos atingidos e atingidas no processo

Aedas: Os atingidos reivindicam a proposição, o acompanhamento e a avaliação dessas medidas de reparação, voltadas pra a saúde e pro meio ambiente. Qual a importância de garantir que população participe da tomada de decisão?

LR: A reparação integral tem que garantir a centralidade da participação dos atingidos e atingidas no processo. Se não tiver a participação da população em todos os processos de tomada de decisão, não existe reparação



Comunidade e meio ambiente: Vista do Tejuco, em Brumadinho, Minas Gerais.

integral. Então nós temos que discutir todas as etapas da reparação integral, desde a do levantamento dos danos causados nos territórios e à população, ao acompanhamento dessa proposição e da efetivação das medidas de reparação e da análise da avaliação de se essas medidas de reparação estão sendo efetivas ou não. E se não estiverem sendo efetivas, a população, como agente dentro desse processo, tem o direito de se colocar no sentido de exigir que essas ações de reparação sejam modificadas, sejam aperfeiçoadas.

Aedas: Então quais são os caminhos para melhorar esse fluxo de informações e também a participação da população?

LR: Nós precisamos ter fluxos mais claros e um processo de acompanhamento da efetivação das ações de reparação mais ampliado. Tanto o acesso à informação clara e de forma transparente, o acesso a espaços nos quais a proposta de ações de reparação, de

“
que os próprios atingidos tenham espaços consolidados para levar, de forma técnica e política, as suas reivindicações

diálogo sobre os danos que os atingidos estão observando nos seus territórios e que entendem que não estão sendo contemplados na reparação socioambiental, na avaliação dos riscos à saúde humana, por exemplo, tenha um espaço para ser ouvido. E não só Aedas ou as outras assessorias levarem essa informação aos comprometentes, Instituições de Justiça e outros órgãos, mas que os próprios atingidos tenham espaços consolidados para eles próprios levarem, de forma técnica, de forma política, as suas reivindicações e consigam acompanhar esse processo.

Como a assessoria tem recebido o interesse dos atingidos em se organizar coletivamente para esses temas?

O interesse do povo em discutir questões, tanto da reparação socioambiental quanto de questões relacionadas à sua saúde e a qualidade ambiental dos seus territórios, é bastante grande e permanente. A gente consegue observar isso não só nos momentos que nós temos

enquanto assessoria junto com os atingidos, mas também no último semestre nós temos observado e acompanhado um aumento considerável em outros processos, em outros espaços de controle social com participação efetiva de atingidos e atingidas puxando, inclusive, esses espaços, como audiências públicas, tanto municipais quanto na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, quanto em espaços das conferências de saúde que são realizadas nos territórios e em nível estadual.

Coletivo Saúde e Meio Ambiente



Discute os estudos relacionados à saúde da população atingida pelo rompimento da barragem, como os desenvolvidos pela Fiocruz e UFMG. E outros de interesse dos atingidos e atingidas.

Dentro do Acordo, o coletivo debate os Estudos de Avaliação de Risco à Saúde Humana e Risco Ecológico (ERSHRE), realizados pelo Grupo EPA, contratado pela Vale.

Há um coletivo na Região 1 e outro na Região 2

Coletivo Reparação Socioambiental



Discute o Plano de Reparação Socioambiental da Bacia do Paraopeba, realizado pela empresa Arcadis, contratada pela Vale.

Há um coletivo na Região 1 e outro na Região 2

ENTIDADE GESTORA DOS RECURSOS DO ANEXO I.1 JÁ PODE SER HOMOLOGADA

DEMANDAS DAS COMUNIDADES. Escolhida pelas Instituições de Justiça, entidade será homologada por juíza antes de iniciar a gestão de parte dos recursos

Da Redação

O Anexo I.1 (Projetos Demanda das Comunidades) tem sido considerado uma conquista da luta coletiva das pessoas atingidas, pois é a única parte do **Acordo** que prevê a participação das comunidades em todas as fases do processo. São 3 bilhões de reais destinados aos projetos de desenvolvimento socioeconômico, divididos em projetos comunitários (R\$ 2 bilhões) e projetos de crédito e microcrédito (R\$ 1 bilhão).

As Instituições de Justiça (Ministério Público Estadual, Ministério Público Federal e Defensoria Pública Estadual) definiram no acordo que a gestão do Anexo I.1 seria feita através da contratação de uma Entidade Gestora e lançaram um edital público para escolher

a instituição responsável pelo serviço.

As Instituições de Justiça estabeleceram uma regra de que a execução do Anexo I.1 seria iniciada após a homologação por parte do juiz responsável pelo processo. Apesar de o acordo falar apenas em “apresentação ao juízo”, essa é uma forma de conferir maior segurança e estabilidade para o Anexo I.1.

Bruno Kassabian, da equipe de Diretrizes de Reparação Integral (DRI) da Aedas, explicou que, no Acordo, a justiça já concordou que a forma de

gestão do Anexo I.1 será definida pelas próprias Instituições de Justiça, garantida a participação da população atingida, sem interferências do judiciário e da empresa causadora dos danos.

“É importante defender a autonomia da população atingida no Anexo I.1 pois ela é a única responsável por todas as decisões, não devendo ter interferências da Vale S/A nem do Poder Judiciário. Mesmo as IJs e as ATIs possuem papel de ajudar os atingidos a decidir”, pontuou Bruno.



Gestão da Entidade diz respeito a apenas 10% do total do Anexo I.1

Felipe Cunha



Entidade Gestora deverá contribuir na continuidade da estruturação do sistema de participação e da governança do Anexo I.1.

**ENTIDADE
GESTORA
ESCOLHIDA**

Foi vencedora do processo seletivo a parceria formada pela **Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais, Associação Nacional dos Atingidos por Barragens - ANAB, Instituto Conexões Sustentáveis - Conexsus, Instituto E-Dinheiro Brasil.** Importante lembrar que a seleção diz respeito apenas a 10% do montante total do Anexo I.1, ou seja, R\$ 300 milhões, durante 2 anos.

**JUÍZA INTIMA
VALE A SE
MANIFESTAR**

A juíza da 2ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias da Comarca de Belo Horizonte publicou uma decisão na qual deu prazo para a Vale se manifestar sobre o pedido de homologação da escolha da entidade. A mineradora assumiu que não tem função sobre os rumos dos projetos de demandas das comunidades atingidas e informou que não vai opinar sobre a escolha.

giro de notícias

FESTEJOS EM BRUMADINHO

- 15 DE JULHO - 19H**
Quilombo Marinheiros
Dia do centenário Tia Nega e Quadrilha
- 15 DE JULHO 09H ÀS 14H**
Praça do Aranha
Arraiá da Feira Artes e Sabores
- 15 DE JULHO - 14H
16 DE JULHO - 10H**
Piedade do Paraopeba
Festival da Laranja / Festival de Inverno de Piedade do Paraopeba
- 17 DE JULHO - 19H**
Quilombo Ribeirão
2º Encontro musical com Grupo Pérola
- 22 DE JULHO**
Quilombo Sapé
Quadrilha Arrastapé
- 22 DE JULHO - 19H**
Quilombo Ribeirão Terreiro Dona Dita
Segunda Mostra Cultural Batucabrum
- 22 DE JULHO - 19H**
Maricota
Festa de Sant'Ana, padroeira da Comunidade
- 23 DE JULHO - 10H30**
Aranha / Córrego de Almas
IV Cavalcada Feminina 2023
- 30 DE JULHO**
Quilombo Ribeirão
Encontro de Folia de Reis



Aedas divulga informes sobre auditoria dos estudos socioambientais feita pela AECOM

Mensalmente, a AECOM apresenta às Instituições de Justiça os resultados das atividades alcançadas no mês e a atualização quanto ao cumprimento ou não dos cronogramas dos projetos, ações de reparação e do Estudo de Avaliação de Risco à Saúde Humana e Risco Ecológico. Acesse os informativos digitando o link abaixo no seu navegador ou aponte a câmera do seu celular para o QR-CODE: www.aedasmg.org/?s=aecom



Reparação em debate

Atingidos e atingidas participaram, no dia de 26 de junho, de uma Audiência Pública, na Câmara de Brumadinho, para debater a situação das comunidades do município diante



do processo de reparação de danos causados pelo rompimento da barragem da Vale. Entre as principais queixas apresentadas pela população atingida, esteve a urgência de ações que reestabeleçam a qualidade de vida das famílias. Também participaram representantes do poder público e de entidades municipais. Saiba mais em aedasmg.org

PTR e o Bolsa Família

O recebimento do PTR não irá somar com a renda familiar mensal para fins de recebimento do Bolsa Família, é o que determina a nova lei do programa, sancionada este ano, pelo presidente Lula, em substituição aos Auxílio Brasil. Sendo assim, o dinheiro recebido no PTR não impede que uma pessoa também possa receber o Bolsa Família, desde que cumpra os critérios da nova lei como, por exemplo, renda igual ou inferior a R\$ 218,00 por pessoa.



• 25 DE JULHO • DIA DA MULHER NEGRA LATINO AMERICANA E CARIBENHA •



• FOTOGRAFIAS DE FELIPE CUNHA E ARTE DE ALEFF RODRIGUES •